

Método nas ciências sociais

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Capítulo 5 de *Interpretações do Brasil – E o método nas Ciências Sociais*. Livro a ser publicado em 2026 pela Editora Contracorrente. Escrito em 2025.

O conhecimento científico pode ser substantivo, normativo, ou metodológico, dependendo se o objeto é a realidade externa, o pensamento, ou a moralidade. Os três tipos de pensamento são científicos, porque adotam como critério a verdade, que em cada caso exige uma definição diferente. No caso das ciências substantivas, que incluem as ciências naturais e as ciências sociais a verdade é a conformidade do conceito com a realidade. No caso das ciências normativas e morais, que podem ser sujeitas à razão, elas estão antes submetidas a valores que são afirmados pela religião, a tradição, a ordem jurídica, ou o consenso social das sociedades modernas. Já no caso das ciências metodológicas, a verdade é a coerência lógica e a ciência metodológico por excelência é a matemática. As ciências substantivas têm um objeto a ser estudado, a natureza ou o comportamento social, enquanto as ciências metodológicas têm um objetivo, não um objeto: ajudar a pensar. Entre as ciências substantivas, as ciências naturais alcançam grande precisão porque seus elementos básicos – o átomo e a célula – são previsíveis. Este não é o caso das ciências sociais devido à liberdade e, portanto, à imprevisibilidade que define o homem. Nestas ciências, o método histórico, o método dialético e a hermenêutica nos ajudam a pensar.

Segundo a definição do *Novo Aurélio*, a verdade é a condição do que é verdadeiro, do que está “em conformidade com o real”. A definição, portanto, é simples. E, no entanto, a verdade é tão difícil de ser alcançada. A confusão começa com as definições: uns a definem como “o que a comunidade científica considera verdadeiro”, outros que é “o que é provado empiricamente”, outros que é “o que pode ser provado e não foi desaprovado pela observação empírica”, outros que é “aquilo que é coerente logicamente”. Por outro lado, podemos dizer que a verdade é impossível de ser alcançada, a não ser as verdades mais simples, deficientes, como por exemplo, “esse objeto é uma cadeira”, “esse animal é um homem”. Já as demais verdades, sobre objetos complexos, sobre sistemas ou relações entre fatos, serão elas tão mais difíceis de serem alcançadas quanto mais complexos e mais cambiantes forem esses sistemas, quanto mais dialéticas forem as relações entre os elementos que a compõem, quanto maior for a liberdade desses elementos, e quanto maiores forem os interesses envolvidos. Em consequência, quando os sistemas a serem compreendidos são muito complexos e muito contraditórios, o observador

talvez faça melhor buscando pensar dialeticamente as contradições inerentes ao objeto de estudo, e interpretar ao invés de afirmar com segurança.

O próprio problema da verdade é complexo, contraditório, e minado por interesses. Por isso o debate entre os filósofos sobre o tema é infundável. Por isso, o racionalismo é perigoso. Com o racionalismo moderno, a verdade tornou-se alcançável pela razão cartesiana. No século XVIII, a partir de Kant, a filosofia, confrontando-se com a competição implícita no extraordinário avanço das ciências naturais, passou a considerar como seu campo específico não mais o conhecimento do ser, a ontologia, mas a epistemologia – o estudo crítico do conhecimento. Com Heidegger a ontologia voltou a ser estudada, mas sob uma perspectiva diferente da das ciências naturais. E a filosofia reservou para si também a filosofia política e a filosofia social – campos em que ciências empíricas tinham menos recursos para avançar. No século XIX, Marx e depois Freud, com suas teorias da ideologia e do inconsciente, estabeleceram as condicionantes sociais e psíquicas da descoberta da verdade, neste caso nas ciências sociais. A verdade, então, assumiu duas vertentes: a da verdade empírica, de acordo com o método científico histórico-dedutivo, e a da verdade da consistência lógica, correspondente ao método hipotético-dedutivo – o método próprio da matemática, da estatística e da econometria, não das ciências substantivas. Não obstante, como veremos, a teoria econômica neoclássica submeteu-se a esse método, e assim o seu núcleo teórico tornou-se descolado da realidade.

Desde o surgimento das ciências sociais no século XIX o método histórico foi dominante com exceção da teoria econômica neoclássica que surgiu no fim do século, adotou o método hipotético-dedutivo que permitia o uso extensivo da matemática, e se tornou dominante nas universidades. A partir de aproximadamente 1980, porém, as demais ciências sociais (com exceção da antropologia) começaram a ser invadidas por esse método que ganhou o nome de “individualismo metodológico”. De acordo com essa perspectiva, a estrutura social e a mudança social são o resultado de decisões individuais e, portanto, os cientistas sociais contribuirão para o avanço do conhecimento desde que investiguem as microfundações ou bases racionais de indivíduos que se comportam de acordo com o axioma do homo economicus. Já para teoria alternativa, fundada por Marx, Weber e Durkheim e à qual me filio, os fenômenos sociais e econômicos podem ser explicados melhor por meio de estruturas sociais e econômicas, por forças históricas macro ou holísticas, que pressupõem interesses subjacentes, mas explicam a mudança social e econômica a partir principalmente da mudança nas relações de produção e dos fatos históricos novos que modificam o sistema social sob análise.

Hoje, depois do fracasso das utopias, sejam liberais ou socialistas, depois do pós-modernismo relativista, o relativismo ganhou espaço, a retórica surgiu como substituto da verificação empírica, e a desconstrução mostrou-se uma alternativa à constituição da verdade. O relativismo não é, porém, uma solução para o problema da verdade; é a sua negação. O método científico, próprio das

ciências sociais, é o método histórico-dedutivo, enquanto o das ciências naturais é o método empírico-dedutivo. Estas são ciências substantivas, dotadas de objeto próprio – a sociedade em um caso, a natureza, no outro. Diferentes são as ciências metodológicas, como a matemática e a econometria, que não têm um objeto; são apenas uma forma de ajudar a pensar as demais ciências. Considerando a teoria econômica, eu desenvolvi essa distinção em dois ensaios, “Os dois métodos e o núcleo da teoria econômica” (2009) e “Método histórico e silogismos econômicos” (2018), publicados originalmente em inglês, que correspondem ao segundo e ao terceiro capítulo deste livro. Neste primeiro capítulo, vou fazer esta distinção considerando as ciências sociais em geral e não apenas a teoria econômica.

O método científico, porém, pode colonizar a verdade nas ciências sociais. Só é verdadeiro o que pode ser demonstrado empiricamente. Ora, há muitas verdades que não podem ser provadas, mas são reais. Como diz Gadamer (1957: 58):

Em que medida não reside no próprio procedimento da ciência o fato de haver tantas questões que precisamos responder e que, no entanto, ela mesma nos impede de fazê-lo? Ela proíbe essas questões, desacreditando-as, isto é, declarando-as absurdas. Isto porque para a ciência só tem sentido o que satisfaz o seu próprio método de intermediação e comprovação da verdade.

O método e o materialismo histórico

O método mais geral das ciências sociais é o materialismo histórico e dialético que Marx e Engels desenvolveram em meados do século XIX. É uma extraordinária filosofia da história, que nos permite compreender melhor a dinâmica contraditória do desenvolvimento humano. Além de um método, o materialismo histórico é uma teoria geral de como as sociedades se organizam e se desenvolvem, que serve mais diretamente de base para as grandes análises sociológicas, independentemente das correntes de pensamento que dividem o campo. Como análise estrutural, o materialismo histórico vê na sociedade uma infraestrutura constituída pela base econômica e tecnológica e pelas relações de produção ou formas de propriedade e uma superestrutura na qual estão as ideologias políticas, as religiões e a cultura de cada povo. Como análise dialética, as duas estruturas mantêm entre si uma relação dialética na qual o vetor principal é a infraestrutura, mas o vetor superestrutura reage ao primeiro e o influencia de volta. No materialismo histórico e dialético, portanto, não há nada de determinismo ou economicismo. Marx e Engels claramente deram importância maior para a infraestrutura, mas com o passar do tempo os marxistas foram dando mais relevância à superestrutura até que Antonio Gramsci (1934), ao desenvolver os conceitos de hegemonia e de bloco histórico, logrou formular um modelo no qual a história pode ser compreendida como uma luta de classes social em busca da hegemonia ideológica. Ou, em outras palavras, a política nas sociedades capitalistas é uma permanente luta por

hegemonia, na qual a classe dominante tende a ser hegemônica, mas há espaço para as classes médias e as classes populares.

O materialismo histórico vê a sociedade sempre em movimento. No longo prazo, que é seu campo próprio, ele vê a história como uma sucessão de modos de produção. O desenvolvimento tecnológico e a luta de classes são os dois motores da história. Temos então quatro formas de organização social – a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo – que mudam à medida que as lutas de classes mudam as relações de produção. Essa luta não é apenas entre a classe burguesa e a trabalhadora. Desde que haja dominantes e dominados, há luta de classes. E ao contrário da concepção vulgar, a luta é pouco sangrenta. Mortes só ocorrem nas grandes revoluções como a Francesa, a de outubro na Rússia e principalmente na guerra civil chinesa que levou à independência da China em 1949.

A partir do século XVIII, desencadeia-se a Revolução Capitalista, a maior transformação da história da humanidade desde a Revolução Agrícola, dois mil anos antes. O desenvolvimento tecnológico ou desenvolvimento das forças produtivas então se acelera e temos a Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, a luta de classes se aprofunda, estimulada pelas contribuições de Jean-Jacques Rousseau e os demais filósofos iluministas, e eclode na Revolução Francesa – a revolução popular que deslegitimou de forma radical os inomináveis privilégios de que gozava a aristocracia do feudalismo tardio, abrindo caminho para que todos fossem iguais perante a lei, mas acabou dominada pela burguesia.

Foi nesse quadro que Marx escreveu o célebre “Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*” (1859) no qual resumiu de forma genial o materialismo histórico e dialético.

Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social.

O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura.

Desculpem-me reproduzir esses dois parágrafos tão bem conhecidos, mas eles resumem tão bem um pensamento que Marx certamente vinha desenvolvendo há muito tempo, pelo menos desde que escreveu com Engels *A Ideologia Alemã* (1846). Dos nossos fundadores há ainda o livro assinado por Engels, mas que contou com a colaboração de Marx, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (1880), no qual temos uma explicação bem-estruturada do materialismo histórico e do seu caráter dialético.

Método histórico-dedutivo

O materialismo histórico oferece uma visão ampla da evolução histórica, mas tem pouco poder preditivo no curto prazo. Aliás, as ciências sociais como um todo são muito imprecisas quando comparadas com as ciências naturais. Ao contrário das células ou dos átomos, os homens são livres, são capazes de pensar e tomar decisões. Isto os torna imprevisíveis. O ideal para os cientistas sociais seria o de formular teorias que fossem precisas e proporcionassem excelentes previsões, mas se conseguissem esse objetivo, o homem deixaria de ser livre. Por isso os bons cientistas sociais são humildes, sabem quais são as suas limitações e quais são os perigos da arrogância. Nem todos, porém, seguem essa boa regra. Partindo do pressuposto correto que os homens são animais racionais, muitos economistas adotaram como axioma o princípio absurdo da perfeita racionalidade humana e concluíram que no plano econômico eles sempre adotariam a decisão racional. Assim, os economistas neoclássicos construíram o modelo do equilíbrio geral e o das expectativas racionais. Afirmaram categoricamente a ciência econômica se resumia a essa teoria, que podia ser ensinada com o uso quase exclusivo da matemática. E passaram a ensiná-la nas grandes universidades, que foram fechadas para qualquer pensamento “heterodoxo”. Entendida nesses termos, a teoria econômica dispensaria de testes empíricos, mas contraditoriamente os departamentos de economia continuaram a exigí-los e lhes dar importância – importância na verdade relativa, porque se o teste desaprovasse (falsificasse) o núcleo teórico, ele seria considerado irrelevante. Ou, como propôs Karl Popper (1934), um filósofo positivista lógico associado ao círculo de Viena, o teste poderia ser desconsiderado porque, do contrário, estaríamos incorrendo no erro do “falsificacionismo ingênuo” – um conceito esperto com o qual acabou legitimando um pensamento como o da escola neoclássica. Em consequência, de um lado, da demonstração matemática que essa teoria faz da capacidade do mercado de coordenar o sistema econômico, cabendo ao Estado apenas garantir a propriedade e os contratos, e de outro, da prioridade dada à razão em relação à verificação empírica, o núcleo da teoria econômica neoclássica acabou por ser uma ideologia – a ideologia que legitima o liberalismo econômico. A ciência política também se sentiu tentada e desenvolveu o modelo da escolha racional, mas os cientistas políticos foram suficientemente realistas para não levar muito adiante a ideia da perfeita racionalidade humana.

O método próprio das ciências sociais é o método histórico. Quando o adotamos, nós nos tornamos necessariamente modestos, porque sabemos quais são as limitações do conhecimento que esperamos produzir. Para o distinguir claramente do método hipotético-dedutivo, denomino-o método histórico-dedutivo. Histórico, porque o cientista social parte da observação dos acontecimentos históricos que constituem a vida social. Dedutivo, porque em seguida ele formula uma hipótese científica inicial que, então, ele testa empiricamente, se isso for possível. Se não, ele deverá se contentar com a comprovação relativa dada pelo que continua a ser observado. Ainda que os cientistas sociais tenham tentado melhorar e tornar mais precisos seus instrumentos de teste empírico, seu êxito tem sido pequeno. Nos fenômenos sociais as variáveis a serem consideradas são muitas e, com frequência, interdependentes, de forma que, por exemplo, os testes econométricos, ainda que hoje sejam muito sofisticados, têm pouca capacidade de testar as hipóteses mais complexas.

O método é dedutivo porque na formação das hipóteses o pesquisador precisa usar intensamente a dedução, um elemento básico dos silogismos. Uma ciência social não pode ser um mero sistema encadeado de silogismos, como acontece com a teoria econômica neoclássica, mas na perspectiva histórica o uso de silogismo é inevitável senão necessário. Marx, por exemplo, sempre pensou historicamente, mas não dispensou a lógica. A teoria da mais valia, por exemplo, é um notável silogismo no qual há uma premissa maior (o valor de um bem é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo); uma premissa menor (o trabalhador vende sua força de trabalho por um salário equivalente ao valor necessário para sua reprodução (subsistência); logo, o capitalista se apropria da diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o valor pago em salários — essa diferença é a mais-valia. É claro que para chegar a esse silogismo Marx teve que construir as premissas, e estas são históricas. Ambas foram fruto de muita observação e de muito raciocínio.

Com base no método histórico-dedutivo o cientista social constrói modelos históricos – modelos que dependem exclusivamente da observação histórica. Por exemplo, quando nós afirmamos a lei da oferta e da procura, nós estamos simplesmente afirmando que, de acordo com nossa experiência, quando a demanda por um determinado bem aumenta sem que aumente ao mesmo tempo a sua oferta, seus preços aumentam, o inverso acontecendo quando a demanda cai. Outro exemplo, quando afirmamos que a taxa de crescimento de uma economia depende da taxa de investimento, estamos novamente fazendo uma simples observação: basta comparar a taxa de crescimento do PIB dos principais países e veremos que ela será tanto maior quanto maior for a taxa de investimento. Terceiro exemplo, quando Marx desenvolveu seu modelo de reprodução ampliada, ele afirmou que através da acumulação de mais-valia e reinvestimento em escala maior, o crescimento econômico ocorreria. Dessa maneira ele propôs uma teoria do desenvolvimento que também correspondeu ao que observou nas economias capitalistas: quanto maiores forem os lucros, maior será a acumulação de capital e maior será o crescimento.

Além de modelos históricos, o economista poderá, portanto, utilizar modelos silogísticos. Neste caso, ele parte de uma premissa maior e um premissa menor para chegar a uma conclusão lógica que já está incluída na premissa maior. Os silogismos, porém, são perigosos porque podem desencaminhar os economistas para a teoria econômica neoclássica, que afinal é um sistema de silogismos que podem ser definidos de forma matemática precisa. E nesse caso construímos um verdadeiro castelo no ar, sem contacto com a realidade. Na verdade, um sistema ideológico para demonstrar como mercados autorregulados podem coordenar de maneira perfeita as economias. Mas os silogismos podem ajudar o pesquisador a pensar. Para isto, proponho que distingamos os silogismos axiomáticos dos silogismos condicionais. São axiomáticos quando a premissa maior é uma afirmação definitiva, um axioma, uma verdade auto-evidente. São condicionais quando a premissa maior é apenas possibilidade que acontecerá se determinadas condições forem cumpridas; são, de acordo com Aristóteles, “futuros contingentes”.¹ Na prática, as premissas dificilmente serão evidentemente verdadeiras (são poucas as premissas com esta qualidade). Mais comuns ou mais razoáveis são premissas vistas como condicionais. Neste caso, os silogismos não estarão em conflito com os modelos históricos, mas podem ajudar a formulá-los e fundamentá-los. Os silogismos condicionais são silogismos modestos em relação ao que pode ser deles legitimamente deduzido; não levam a verdades definitivas.

Desenvolvi a teoria dos dois métodos e a crítica do uso do método hipotético-dedutivo a partir de uma perspectiva econômica. Entretanto, podemos também fazer essa crítica em relação às demais ciências sociais, porque elas muitas vezes se deixaram contaminar por esse método. Esse é o caso da ciência política, que importou a ideia com a denominação “teoria da escolha racional” (ou individualismo metodológico) e a utilizou como método. Essa teoria e esse método têm como premissa a tese que os indivíduos são sempre egoístas (não cooperativos) e maximizadores de utilidade. Em sua expressão mais rigorosa, o cientista usa da teoria dos jogos para explicar cooperação, conflito e estratégias em contextos institucionais. Essa é uma visão estreita da ciência política, já que os atores não são sempre racionais, e nem sempre agem como indivíduos isolados, mas como inseridos em sua respectiva sociedade. É estreita também porque não permite análises amplas da sociedade.

A teoria da escolha racional permitiu, porém, que um grupo de economistas invadissem a ciência política com sua “teoria da escolha pública”. Esses economistas, que haviam aprendido a teoria econômica neoclássica na universidade, assumiram que os servidores públicos e os políticos são bandidos que buscam exclusivamente seus próprios interesses e puderam, assim, montar um combate feroz contra o Estado que seria a mera expressão desses interesses. E assim deram um suporte “político” para a ideologia neoliberal.

Certamente é possível ter uma visão mais razoável e realista das coisas ao mesmo tempo adotar prudentemente o método da escolha racional. Este é o caso, por exemplo, de Adam Przeworski que, em “Marxism and rational

choice” (1985a: 381), busca os motivos racionais por trás das ações dos indivíduos. Mas formado no marxismo, ele combina este método com uma visão da história. Para ele a crítica do marxismo ao individualismo metodológico é “irrefutável e salutar”, mas ainda assim ele quer que a filosofia da história tenha microfundamentos racionais, o que não acredito ser viável.

Método fenomenológico e método hermenêutico

O método fenomenológico para as ciências sociais foi definido originalmente por **Alfred Schutz (1932)**, seguindo os passos de Edmund Husserl, o criador da fenomenologia. Esta é um método filosófico que busca “voltar às coisas mesmas”. Ou seja, compreender os fenômenos tal como eles se manifestam à consciência, sem pressupor teorias, ideologias ou explicações causais externas. Ao invés de estudar o comportamento objetivo, a fenomenologia busca compreender como o mundo social é constituído na consciência intersubjetiva dos sujeitos. Husserl mostra, assim, que é herdeiro do idealismo alemão, por ele muito modificado. A investigação fenomenológica é a descrição minuciosa da estrutura intencional da consciência, dado que o objeto é tudo aquilo que pode ser o resultado da consciência intencional do sujeito. Por outro lado, a realidade depende da verdade. Conforme sumariza Joaquín Xirau (2015), “a realidade que a ciência procura determinar é, no momento, uma realidade incógnita”, tornando-se impossível definir a verdade pela realidade, pois a verdadeira realidade para Husserl é anterior à realidade. Dessa maneira, o idealismo está presente em Husserl, como a grande maioria dos filósofos que só trabalham com as ideias. Apesar de ele falar com insistência em conhecimento positivo, há aí um forte elemento idealista. Para Schutz, o cientista social deve compreender como os atores dão sentido às suas ações e constroem um mundo comum; o que importa é a experiência significativa que os indivíduos têm do mundo social – um tradução simplificada, mas mais razoável do método fenomenológico.

O método fenomenológico é difícil de ser aplicado na prática. Relacionado com ele, mas de origem mais antiga é o método hermenêutico – o método da interpretação de textos – que se tornou-se relevante para as ciências sociais desde que, no final do século XIX, Wilhelm Dilthey (1910: 168) estendeu a hermenêutica para as ciências humanas – como método de compreensão histórica e cultural. Para ele, a hermenêutica é “a arte da interpretação” na qual o elemento central é a compreensão – “um encontro do eu no tu ... essa mesmidade do eu no tu encontra-se em cada sujeito de uma comunidade, em todo o sistema da cultura, por fim, no espírito da história universal, torna possível a atuação conjunta das diversas capacidades nas ciências humanas”. Ele reagiu ao positivismo e trabalhou para a compreensão da realidade simbólica alcançada através das ciências sociais. Mais tarde, Hans-Georg Gadamer – em *Verdade e Método* (1960), formulou a hermenêutica filosófica: compreensão é diálogo entre horizontes (passado e presente). Nesse livro, nas suas primeiras páginas (p.1 e 2), ele define as principais variáveis do método

hermenêutico. Para ele, o fenômeno da compreensão e a maneira correta de se interpretar o compreendido não são apenas problemas da filosofia. Desde os tempos antigos houve uma hermenêutica, que “ultrapassa os limites que lhe são impostos pelo conceito metodológico da ciência moderna.” A experiência da filosofia, a experiência da arte e a experiência da própria história, não podem ser verificadas com o método científico. E Gadamer se pergunta: “Até que ponto a pretensão de verdade de tais formas de conhecimento situadas fora do âmbito da ciência pode ser filosoficamente legitimada? A atualidade do fenômeno hermenêutico repousa, a meu ver, no fato de que é só pelo aprofundamento do fenômeno da compreensão que se poderá alcançar uma tal legitimação.”

Um pouco depois, Paul Ricoeur (1969) integrou hermenêutica e fenomenologia, focando no papel do texto, da metáfora e da narrativa. Desenvolveu uma “hermenêutica da suspeita” (inspirada em Marx, Nietzsche e Freud) e uma “hermenêutica da confiança” (p.22). Para ele, “a interpretação é o trabalho do pensamento que consiste em decifrar o sentido escondido do sentido aparente, em desdobrar os níveis de significado envolvidos no sentido literal” (p.16). John B. Thompson, que organizou um livro em inglês com uma seleção de textos de Ricoeur por ele conferidos, mostra, na introdução do livro, como a hermenêutica se relaciona com as ciências sociais. Para Thompson (1981: 17-18), há na hermenêutica de Ricoeur uma direção muito próxima desta com a reflexão filosófica, nas palavras deste próprio (Ricoeur, 1981: 17), “a reflexão precisa se tornar interpretação porque eu não posso entender o ato de existir exceto nos signos existentes no mundo”. Já as ciências sociais oferecem matéria para a interpretação, enquanto a hermenêutica, ao interpretar o texto, amplia o conhecimento que elas buscam transmitir. Da mesma forma que Gadamer, Ricoeur tem uma visão ampla de ciências sociais (não apenas aquilo que pode ser provado). A descoberta fundamental de Freud foi a do inconsciente. Logo, a consciência não é dada, mas é uma tarefa a ser realizada através do tortuoso caminho do desejo. Marx, por sua vez, continuando a seguir Thompson, fez a crítica da ideologia, que leva as atitudes do dia a dia serem sua manifestação distorcida da realidade. Nesse quadro, Ricoeur entra com o conceito de apropriação – o ato de transformar o alheio em nosso. Conforme comenta Thompson (p.18), “o ato de apropriação não busca rever as intenções originais do autor, mas, antes, expandir os horizontes conscientes do leitor tornando real o significado do texto.”

A vida social que pretendemos estudar está, portanto, descrita em muitos textos dos mais variados autores. Está também nos jornais onde a vida social de hoje está presente. Para desenvolvermos as ciências sociais, e entender os movimentos da sociedade, além de usarmos o método histórico-estrutural e o método científicos, devemos estudá-la lendo e interpretando textos. Fazemos isto tanto quando lemos textos de outros cientistas sociais quanto nos informamos pela mídia. Em qualquer caso, a leitura deve ser interpretativa. Para Gadamer, a leitura de um texto é um encontro entre o horizonte do leitor e o do autor do texto. A compreensão se dá na fusão desses horizontes. E se dá

necessariamente através do diálogo. Ricoeur, por sua vez, ao entender a hermenêutica da suspeita, está afirmando que Marx, Nietzsche e Freud desconfiaram do sentido superficial dos textos e buscaram significados ocultos (ideologia, inconsciente, vontade de poder), enquanto a hermenêutica da confiança complementar a da suspeita, mostrando que a interpretação também pode revelar sentido, criar entendimento e abertura.

Método em Max Weber

Max Weber foi sociólogo e seu método relativo às ciências sociais é histórico, mas sendo um liberal, ele busca se afastar o mais possível de Marx e do materialismo histórico. Weber estudou o pensamento de Marx e reconheceu a importância dos fatores econômicos e a existência da luta de classes, mas nunca demonstrou maior interesse por essas ideias. Ao contrário, ele buscou mostrar a importância da religião na história, especialmente o papel da ética protestante na emergência do capitalismo, e criticou o determinismo econômico. Seu método está centrado nas tendências à racionalização, secularização e burocratização que ele observou na história. O mundo tende a cada vez mais ser “desencantado”, porque tende a ser cada vez mais racional. Em sua *História Económica Geral*, ele afirma (1923: 298), “o que, em definitivo, criou o capitalismo foram a contabilidade nacional, a técnica nacional, o Direito racional, e a tudo isto é preciso acrescentar a ideologia racional, a racionalização da vida, e ética na economia”. O racionalismo de Weber é, portanto, radical. O capitalismo não nasceu do desenvolvimento tecnológico, da expansão da economia e da luta de classes, mas de mudanças nas instituições. Como observou Maurício Tragtenberg (1973: XII), “esse processo de racionalização vincula-se ao “desencantamento do mundo”, conferindo-lhe um aspecto negativo: o ‘racionalismo estrutural’ que entronizara o racionalismo como demiurgo do universo que, através do paradoxo das consequências, transforma a razão em razão técnica instrumental a serviço do capital, criando a ‘jaula de ferro’ – a burocracia – que enquadra o chamado homem moderno.”

O método das ciências sociais em Max Weber parte da ideia de que o objeto central das ciências sociais é a ação social, isto é, as ações dos indivíduos dotadas de sentido subjetivo e orientadas para o comportamento de caráter racional. Diferente das ciências naturais, que buscam leis universais e causais, as ciências sociais precisam compreender o sentido que os atores atribuem às suas condutas. Para isso, Weber propõe a “sociologia compreensiva”, que busca interpretar as motivações subjetivas dos indivíduos. Ele defende também o uso de *tipos ideais* – sua contribuição mais significativa em relação ao método nas ciências sociais. Os tipos ideais são construções conceituais que não existem na realidade de forma pura, mas funcionam como instrumentos analíticos para comparar e interpretar os fenômenos sociais. Por exemplo, o tipo ideal “burocracia” é uma generalização que serve para entender casos concretos, mesmo que estes nunca correspondam integralmente ao modelo.

Por fim, Weber insiste na “neutralidade valorativa”: o cientista social deve separar juízos de fato de juízos de valor. Isso não significa ausência de valores pessoais, mas sim que, no momento da análise científica, eles não devem interferir no exame objetivo dos fenômenos. A tarefa da ciência é oferecer explicações e interpretações rigorosas, cabendo à política e à ética decidir sobre o que é desejável.

Entre os ensaios que fazem parte de seu livro *Metodologia das Ciências Sociais*, em “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva” (1913: 315), Weber fala do *tipo ideal* e da ação: “É evidente que o comportamento que é interpretável racionalmente se apresenta, no que diz respeito à análise sociológica das conexões [relações] sociais compreensíveis, como o ‘tipo ideal’ mais apropriado: tanto a sociologia quanto a história fazem interpretações de caráter pragmático através de conexões racionalmente compreensíveis de uma ação”.

Método histórico-estrutural

O método histórico-estrutural pode ser entendido como a integração eclética dos métodos aqui apresentados – o materialismo histórico, o método histórico-dedutivo, os modelos silogísticos e a hermenêutica. Ele requer que situemos o problema a ser estudado pelas ciências sociais em um determinado momento da história e nas suas respectivas estruturas sociais e econômicas. Se o problema que nós procuramos resolver é amplo, devemos pensar que ele muda por etapas ou fases e devemos estabelecer qual é a fase atual e qual foi a fase anterior da qual ele se originou.

O cientista social que usou sistematicamente o método histórico-estrutural foi Celso Furtado. Ele se manteve fiel ao método histórico-indutivo, não obstante o *mainstream* fosse, desde os anos 1980, neoclássico, hipotético-dedutivo. Ele usou sempre que necessário os silogismos, mas fez sua análise sempre a partir dos fatos históricos e da sua tendência, não a partir de uma pressuposição de comportamento racional. Enquanto historiador econômico era natural que utilizasse prioritariamente o método histórico-indutivo, mas isto também acontece quando ele assume o papel de teórico do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Furtado usa a teoria econômica disponível e procura fazê-la avançar na compreensão do desenvolvimento econômico. Ninguém fez com maior brilho o uso da teoria econômica para entender a evolução da economia brasileira do que Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959). Conforme observou o historiador Francisco Iglésias (1971: 200), embora esse seja um livro de história econômica, o é “da perspectiva do economista... nessa análise dos processos econômicos chega-se a um grande despojamento, a modelo ideal, a formas que têm, por vezes, a aparência de abstratas. É o que acontece em muitas passagens do livro de Celso Furtado; o rigor de construção do livro é tal que... torna a leitura difícil para quem não tenha ampla informação histórica e certo conhecimento da teoria econômica.” Na mesma direção, Gérard Lebrun

(1985) assinala: “a história, tal como ela é praticada por Celso Furtado, só vale por sua extrema *precisão* (grifo do autor)... Este é seu método: nenhuma asserção que não esteja ancorada em fatos ou em dados estatísticos”. Mas eu acrescentaria que são utilizados com grande inteligência e capacidade de inferência. Uma das características que torna *Formação Econômica do Brasil* (1959) uma obra-prima de história e de análise econômica é a capacidade de Furtado de, a partir dos poucos dados disponíveis, deduzir as demais variáveis da economia e seu comportamento dinâmico. Nessa perspectiva, a taxa de câmbio é a variável econômica mais presente nesse livro, ainda que nem sempre de maneira expressa.

O método histórico-estrutural é o método que os economistas estruturalistas da escola desenvolvimentista clássica latino-americana usaram em seus trabalhos. Os principais economistas dessa escola de pensamento falavam insistentemente em “mudança estrutural” e isto não era outra coisa senão a industrialização, ou, mais precisamente, a Revolução Industrial e Capitalista Brasileira – uma transformação estrutural da economia e da sociedade brasileira. Por isso eles eram chamados de economistas estruturalistas. Esta revolução, porém, ocorreu entre 1930 e 1980. Depois, porém, da grande crise da dívida externa, os países latino-americanos deixaram de adotar a estratégia nacional-desenvolvimentista e a teoria desenvolvimentista clássica entrou em crise, não obstante a economia desses países entrassem em regime de quase-estagnação. No início dos anos 2000, porém, surgiu a teoria novo-desenvolvimentista, que veio para confirmar a validade da teoria desenvolvimentista clássica, criticá-la apenas porque acreditou que era possível crescer com poupança externa, e para propor uma nova macroeconomia do desenvolvimento focada na taxa de juros, na taxa de câmbio e no déficit em conta corrente.

O método histórico-estrutural é, portanto, aplicável não apenas no caso de mudanças fundamentais como são as revoluções capitalistas que acontecem em cada país, suas características particulares e suas consequências. São também aplicáveis a mudanças menores, mas que são sempre ligadas à estrutura social do país. Por exemplo, se quisermos estudar as causas do mau desempenho da economia inglesa nos últimos anos, precisamos levar em conta que essa economia recebe maciçamente dividendos de seus investimentos no exterior, o que aumenta a oferta de libras e valoriza a taxa de câmbio. Ou, tomando o caso da administração Trump nos Estados Unidos. Só entenderemos o uso agressivo de tarifas aduaneiras de importação se considerarmos que desde os anos 1960 o país apresenta um déficit em conta corrente estrutural. Ou, saindo da economia, é impossível entender o conservadorismo do Congresso brasileiro se não levarmos em conta o sistema eleitoral proporcional com listas abertas que encarece as campanhas eleitorais e desconecta os eleitores dos deputados. Ou, um último exemplo, não é possível compreender a abissal desigualdade existente no Brasil se não a considerarmos como herança do escravismo, que além de explicar a pobreza do povo pardo e negro, explica também o racismo e a insensibilidade das elites brasileiras em relação ao sofrimento dos pobres.

Faz parte do método histórico-estrutural o que eu denomino o método do fato histórico novo. A ideia é muito simples. Quando buscamos as causas de um determinado fato social que, por ser histórico, está sempre mudando, devemos distinguir os fatos históricos novos que explicam a mudança recente dos fatos “antigos”. Estes podem continuar a explicar aspectos importantes da situação existente hoje, mas só fatos históricos novos podem explicar as mudanças recentes. O melhor exemplo que eu tenho é relativo à economia brasileira. Ela está quase estagnada desde 1990; não logra diminuir a diferença em termos de renda per capita do Brasil em relação aos Estados Unidos. Por que isto acontece, quando sabemos que até 1980 essa economia crescia aceleradamente? Uma resposta frequente é que o país não investiu na educação fundamental. De fato, isto aconteceu, mas não é um fato novo, porque o grande crescimento entre 1930 e 1980 aconteceu sem que se investisse em educação. Foi depois da Constituição de 1988 que o Brasil passou a investir na educação fundamental. Podemos discutir quais foram os fatos novos que explicam essa quase-estagnação. A meu ver, a abertura comercial e a abertura financeira, ocorridas entre 1990 e 1992, levaram o Brasil a perder seu controle sobre a taxa de câmbio e a taxa de juros. O Brasil então, pressionado/persuadido pelo *soft power* do Império, caiu na armadilha dos juros altos e do câmbio apreciado, ou armadilha da liberalização, e entrou em quase-estagnação.

Outro exemplo. Por que a sociedade dos Estados Unidos está hoje a mercê de um presidente autoritário que está reduzindo gravemente a qualidade da sua democracia? Podemos dizer que foi o individualismo radical que dominou o país desde 1980, quando houve a Virada Neoliberal. O individualismo desorganiza uma sociedade, tira dela o princípio básico de solidariedade, que realmente foi grande nesse período, mas não constitui um fato novo. Ele sempre existiu nos Estados Unidos e apenas aumentou de grau nos 40 anos em que o neoliberalismo (1980-2020) foi ali dominante. O fato novo foi a crise financeira global de 2008 que causou o fracasso econômico do neoliberalismo. Esse fracasso, por sua vez, abriu espaço para o populismo de extrema direita, que é o inverso do neoliberalismo no plano econômico, mas representa igualmente os interesses da burguesia rentista americana.

Em síntese, ao implicar o uso eclético de todos os métodos que discutimos neste artigo, o método histórico-estrutural é o método próprio das ciências sociais. É um método variado, que assumirá, em cada caso, uma forma diferente porque os problemas a serem estudados são também muito diferentes. Mas é sempre histórico dedutivo, envolvendo sempre a dialética além da lógica e valendo-se muitas vezes da hermenêutica.

Referências

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2018) “Historical models and economic syllogisms”, *Journal of Economic Methodology*, 25: 68-82.
<https://doi.org/10.1080/1350178X.2017.1368091>
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009) “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica”, *Brazilian Journal of Political Economy* 29 (2): 163-190.
doi.org/10.1590/S0101-31572009000200001
- Dilthey, Wilhelm (1910 [2006]) *A Construção do Mundo Histórico nas Ciências Humanas*, São Paulo: Editora Unesp. Tradução de acordo com a edição alemã de 1970.
- Engels, Friedrich (1880 [2023]) *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Edipro. Original em alemão, 1880.
- Furtado, Celso (1959) *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Gramsci, Antonio (1934 [1976]) *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Seleção de *Cadernos do Cárcere*, escritos em torno de 1934.
- Gadamer, Hans-Georg (1957: 2002) “O que é a verdade?”, incluído em *Verdade e Método II*, São Paulo: Editora Cortez, 2002. Traduzido do original em alemão de 1957, republicado em 1993.
- Gadamer, Hans-Georg (1960 [1997]) *Verdade e Método*, Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Original em alemão, 1960.
- Iglésias, Francisco (1971) *História e Ideologia*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- Lebrun, Gérard (1985) “Os Anos de Aprendizado”, São Paulo: *Jornal da Tarde*, 7 de setembro, 1985.
- Marx, Karl (1859 [1979]) “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”, in Octavio Ianni, org. (1979) *Marx Sociologia*, São Paulo: Editora Ática: Cap. 4, “Infraestrutura e Superestrutura”: 82-96. Original em alemão, 1859.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich (1846 [1979]) *A Ideologia Alemã* Volume I, Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes. Original em alemão, 1846.
- Popper, Karl (1934) “The Scientific Method” e “Falsificacionism x Convencionalism” (Capítulos de *The Logic of Scientific Discovery*, 1934). In David Miller, org. (1985) *Popper Selections*, Princeton: Princeton University Press: 133-151.
- Przeworski, Adam (1985) “Marxism and Rational Choice”, *Politics and Society*. No. 14.
- Ricoeur, Paul (1955) *Histoire et Vérité*, Paris: Éditions du Seuil.
- Ricoeur, Paul (1969) *Le Conflit des Interprétations*, Paris: Éditions du Seuil.
- Ricoeur, Paul (1981) *Essays in Thompson*, John B., ed. (1981) *Paul Ricoeur – Hermeneutics and the Human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation*, Cambridge: Cambridge University Press and Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme.
- Thompson, John B. (1981) “Introduction to Hermeneutics and Human Sciences”, in Ricoeur, Paul (1981) *Hermeneutics and the Human Sciences*: Cambridge: Cambridge University Press & Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme.

- Tragtenberg, Maurício (1973) “A atualidade de Max Weber”, introdução a Max Weber (1910) *Introdução a Metodologia das Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez Editora.
- Weber, Max (1913 [2001]) “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva,” in Weber, Max (2001) *Metodologia das Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez Editora, 313-348.
- Weber, Max (1923 [1956]) *Historia Económica General*, México: Fondo de Cultura Económica. Original em alemão, 1923.
- Xirau, Joaquin (2015) *Introdução a Husserl*. Rio de Janeiro: Contraponto.

¹ Os eventos futuros podem ou não acontecer, nem sendo necessariamente verdadeiros nem falsos hoje.